

O ESPECTRO

Admonet in somnis et turbida terret imago.
Horrido Espectro me atormenta em sonhos.

Lisboa, 5 de fevereiro

O governo já não póde com tanta gloria — succumbe debaixo do pezo do seu proprio credito! Apezar d'isso os expedientes multiplicam-se, receitam-se mesinhas, e observa-se sobre tudo a mais rigorosa dieta.

Mandaram-se pagar os fundos em Londres, fez-se um emprestimo para isso, e os fundos desceram! Lá ficaram a 33 por cento no dia 26 do passado!

Assim asseverámos ha dias que havia de acontecer. A creação das 600 mil libras em apolices de 4 por cento produziu immediatamente o seu resultado natural.

O decreto é de 7 de dezembro: a publicação no *Diario* é de 19 de janeiro; o paquete sahiu d'aqui a 20; em 26 a praça de Londres confirmava as asserções do *Espectro* e ria-se das tranquillidades dos nossos charlatães. Nunca o castigo seguiu tão depressa a culpa.

O que não apresenta ao homem pensador a observação dos factos! No dia 5 de dezembro ficaram os fundos na Inglaterra a 39 e meio, segundo vemos no *Diario do Governo* de 14 de dezembro. Lavra-se o decreto para a emissão dos bonds, e os fundos descem: ganha o ministerio a victoria de Torres Vedras, e os fundos ainda descem mais! Chega a noticia official a Londres, e cahem a um preço a que nunca chegaram!

E qual é a razão d'este fenomeno? É porque alli não se crê na estabilidade do governo; é porque se conhecem as suas tendencias despoticas; é porque se sabe que a creação dos meios para o pagamento do juro compromette o proprio capital; é porque se comprehende que esta administração é essencialmente devorista e dissipadora. Eis-ahi as causas porque os fundos descem não obstante os successos que parece os deviam fazer subir.

E já consta que se tracta de nova tranquillidade; falla-se em derogar o decreto que im-

poz duas decimas sobre os juros da divida externa! Entra n'isto certo cavalheiro que se diz mandára comprar fundos, e que untára bem as mãos já sebtas do ministro Souza Azevedo.

Escusado é tanto barafustar. Ou tirem ou ponham decimas a sua posição não melhora. Os credores inglezes curam menos do maior ou menor juro que da segurança dos capitaes, e essa segurança fica compromettida quando se promette pagar o que de fórma nenhuma se póde fazer. De que serve essa derogação se para o semestre seguinte o governo nem o dividendo com as duas decimas póde pagar?

Toda a gente sabe que o ministerio lançou mão dos rendimentos da junta do credito publico, e que aquelle estabelecimento vai ficar tãa exauthorado como o thesouro. A primeira concussão fêl-a lançando mão das me adas do contracto do tabaco, asseverando que o ministerio da guerra supriria esse deficit, entregando á junta as quantias recebidas, mas o governo ainda achou pouco; e por esse motivo é que foi forçoso recorrer ao emprestimo em Londres.

No meio d'estas lidas apresenta-se um espectáculo curioso — é o governo e o seu *Diario*. Parecem o *Jean qui pleure*; *Jean qui rit* de Voltaire; e o publico tambem se riria se os empiricos não fossem dando á sola com a fazenda da nação.

Chegamos a circumstancias extremas — faltam-nos meios — é mister salvar-nos. Eis aqui a saudação angelica do *Diario* do 1.º do corrente — E' o *Jean qui pleure*. Ahi vai o remedio:

Cartistas! Á's armas! (Diz elle).

«Ide por esse mundo, prégae o evangelho
«da agiotagem a toda a creatura. Quem vos ou-
«vir, ouve-me a mim; quem vos desprezar,
«despresa-me a mim. Ide — Dizei que se vai
«diminuir o agio das notas do banco de Lis-
«boa: dizei que ha idéa de se contrahir um
«emprestimo fóra do paiz em moeda metalica:
«dizei que não será um emprestimo, mas que
«serão dous: dizei que no paiz ha sommas im-

«portantes em metal mas que tem sua descon-
«fiança das unhas dos ministros : dizei que o di-
«nheiro é muito tentador ! Animai os papalvos
«dizendo-lhes que se vai amoedar prata e co-
«bre ; e que d'esta ultima praga já se encom-
«mendou muito metal que é barato : dizei-lhes
«que as quantias metalicas que se remetteram
«para o exercito já começaram a refluir para a
«capital, e que o Roma e Augusto Xavier as
«foram esperar á ponte de Sacavem : dizei-lhes
«que vão sair de Lisboa muitas quantias de no-
«tas para o pagamento das contribuições : di-
«zei lhes que não ha motivo para temer mais
«emissões de notas porque ellas não papam gen-
«te, e porque o Augusto Xavier da Silva já
«tem a mão cansada : dizei-lhes que o desconto
«das notas provém do pouco numerario que
«ha no Porto !! Dizei tudo isto, verdadeiros
«cartistas ; que se o povo vos acreditar teremos
«feita a nossa fortuna, e os tolos que rebentem
«de fome.»

Altos segredos de Deus ! Está a patria salva.
Venha o hymno !

As quantias metalicas refluem para a capital !
E as notas não refluem ? Oh ! Essas não voltam !
As quantias metalicas refluem sim ; mas é por-
que as notas ficam nas mãos do pobre povo !
Esse é o que vai pagar as custas !

E que terá o paiz lucrado quando o governo
tiver contrahido um emprestimo, e o banco ou-
tro ? Ficará arruinado ainda mais. Quem diria
que a felicidade publica estava em dous em-
prestimos, que vão augmentar a nossa divida,
e por consequente as contribuições ?

Desviamos os olhos d'esse vergonhoso painel
que se acha estendido nas columnas do *Diario* ;
porque elle mesmo se arrependeu de o ter mos-
trado. Deixemos o *Jean qui pleure* e vejamos o
Jean qui rit.

No *Diario* de 2 do corrente o governo con-
fessou-se corrido do papel que acabava de re-
presentar, limpou as lagrimas, esfregou os olhos,
e começou a arrotar postas de pescada. Eis-ahi
o que elle diz :

«Desde logo (5 d'outubro) os males come-
çaram a declinar, e se bem que ainda senti-
mos os seus effeitos, em breve cessarão ; visto
que as causas que os produziram se vão pro-
gressivamente extinguindo.

«Temos felizmente ainda bastantes recur-
sos.....

«Muito temos adiantado.....

«Gozaremos dias de prosperidade....

«O nosso estado nem é desesperado nem is-
«so dissemos!»

Basta; que ainda nos rosoam aos ouvidos
aquellas estrondosas palavras:—«Chegamos a
«circumstancias extremas. Faltam-nos os meios,
«e o credito violentamente abalado, apesar de
«quanto se tem feito para o melhorar, augmen-
«ta ainda o nosso apuro. É mister salvar-nos.»

Basta que o cinismo toca a meta do possivel.
Jean qui pleure; Jean qui rit.

O descredito está confessado por esta gente,
e essa confissão foi-lhe terrivel; não que viesse
desenganar o povo, que esse já estava desenga-
nado, mas porque veio illustrar os amigos do
governo que acreditavam nas suas fantasmago-
rias.

Dissera em 30 de janeiro que «as noticias do
«Porto davam alli uma subida de cambio ex-
«traordinaria, não se podendo realisar letra so-
«bre Londres a menor cambio do que a 58^s por
«mais acreditadas que fossem as pessoas dos
«sacadores. — Que isto provava exuberante-
«mente a falta extraordinaria de numerario na
«praça do Porto, e fizera com que diversas ca-
«sas de Lisboa tenham mandado comprar le-
«tras ao Porto porque na differença do cambio
«tiram um lucro talvez de mais de 8 por cen-
«to : — e que o incentivo do lucro tem levado
«os tomadores de letras a vender notas para
«realisar metaes, de modo que acontece a de-
«preciação no preço das notas pelo augmento
«da offerta.»

A explicação do governo é rasoavel — quiz
imputar ao Porto o seu descredito ; mas muito
mal vai a qualquer ministerio quando o seu cre-
dito está em mãos alheias. Nós folgamos que
os agiotas de Lisboa vão comprar letras ao Por-
to ; porque segundo as regras immutaveis do
commercio, o *augmento da procura* ha de fazer
alli diminuir o agio ; e essa *procura* é um si-
gnal de credito para o commercio do Porto que
o favorece e que o honra.

Mas até (com magoa o dizemos) a asserção
do *Diario* é falsa. Não são os capitalistas que
vendem as notas, é o mesmo governo ; e não
somos nós que o dizemos é elle mesmo em ou-
tro numero do seu *Diario*. Lêde o do primei-
ro do corrente e ahi vereis estas notaveis pala-
vras :

«Logo que se veja que o governo importa
«valiosas quantias metalicas, e *cesse de vender*
«notas para as suas despezas, ha de ver-se que
«o metal escondido sahe a procurar emprego...»

Vistes um escandalo maior, uma confissão
mais sincera, uma contradição mais flagrante ?
Não são os compradores de letras que vendem
as notas, é o governo ! E porque não paga com
ellas ?

Ainda se não viu administração mais mise-
ravel, escriptores mais insensatos.

E para obstar a este descredito tomam-se me-
didas que o augmentam ainda.

Que significa em boa linguagem um decreto
que ahi se publicou, no qual se diz que se o
banco de Portugal não amortisar as notas, as
amortisará o governo ? Que quer isto dizer se-
não que o mesmo governo não acredita que o
banco desempenhe as suas obrigações ?

Mas qua garantia nos dão ? O governo ! Isto
é irrisorio ! O governo que em lugar de amor-

tisar, como era obrigado, o papel moeda, tem-no lançado no mercado! O governo que empenhou já na praça de Londres bonds que devia cancelar! É um fallido a abonar outro fallido! Pois o thesouro tem hoje mais credito que o banco? O Sousa Azevedo val mais que o Roma ou que o Augusto Xavier da Silva?

Deveríamos parar aqui se um acto mais immoral, mais irritante não viesse chamar a nossa attenção. Fallamos da portaria do 1.º do corrente, d'essa portaria estulta, repugnante, que contraria o senso commum, abala o credito, e sanctifica a concussão.

Diz-se ahi que « os recebedores não tem que crido receber no pagamento das collectas das contribuições as notas do banco de Lisboa, quando a importancia das collectas ou minimo a satisfazer é inferior a 1\$200 rs. ainda que os devedores declarem que cedem a favor da fazenda o excesso do valor nominal das notas, acontecendo tambem alguns recebedores recusarem-se acceitar aos contribuintes as sabreditas notas na totalidade das collectas por pertenderem que os pagamentos se verifiquem a respeito da importancia de cada collecta separadamente. » Diz-se isto, e não se estranha este procedimento; não o estranha um governo que mandou citar todo o mundo para receber as notas como dinheiro! Receba-as todo o publico, menos os agentes do governo! Que moral!

Mas agora vejamos as providencias: « 1.º As notas do banco devem ser acceitas no seu valor representativo no pagamento total dos impostos que cada contribuinte pessoalmente tiver a pagar na mesma recebedoria. — 2.º que devem igualmente ser acceitas as referidas notas quando o seu valor exceda á somma dos conhecimentos ou documentos de cobrança, pertencentes a cada contribuinte, uma vez que es te declare que cede do excesso em beneficio da fazenda publica!!!!

Meu Deos! ainda estavamos reservados para mais esta vergonha!

Pagam a um pobre pensionista 3\$000 réis (por exemplo), dão-lhe 3\$600 em notas, e obrigam-no a dar-lhes 600 réis de troco em metal; e se o infeliz quizer depois pagar a sua contribuição de 3\$000 réis não lhe dão troco, e fazem o favor de acceitar a cessão do excesso em beneficio da fazenda!!!

Oh! Isto e uma expoliação infame, é um roubo descarado!

Se mandaes considerar as notas como metal, se lhe déstes curso forçado, se lançastes no mercado tantas quantas cada director do banco pôde assignar, pedia a boa fé, a honra e o credito, que taes notas fossem acceitas como dinheiro, e que as repartições publicas dessem por ellas o troco competente. Era assim que ellas se acreditavam, e não com uma portaria infame que põe o sello ao seu descredito.

E isto é uma violencia tanto maior quanto as parcellas de cada prestação menores de 1\$200 réis são mais numerosas — É o trabalhador, o industrial, é em fim o pobre o que vai soffrer! E determina-se isto quando se mandam notas para as provincias, aonde as collectas ainda são mais pequenas!

Cidadãos! Faz-se com a vossa fazenda um jogo terrivel. Sabe-se que o banco feito com alguém do governo joga na depreciação das notas — sabe-se que dando-se por fallido emprega o metal que tem na compra das suas proprias notas, e depois torna a lança-las no mercado! São conhecidos os cambistas que fazem esse vorgonhoso trafico!

Cidadãos! O governo paga-vos em notas, e depois não vo-las acceita! Vende-as para as despesas d'elle, mas não as vende para vos pagar, porque sois obrigados a recebe-las em pagamento!

Cidadãos! Um governo assim é corrompido, immoral, e indigno de presidir aos destinos de uma nação — não é uma associação de homens, é uma sucia de delapidadores que vos hão de tirar a camisa do corpo.

Cidadãos! Não declamamos — Tendes diante de vós os factos — qualificai-os, moralisai-os.

As noticias do Porto são muito satisfactorias. Reina alli o maior enthusiasmo. A junta marcha inabalavel na estrada da moderação combinada com a maior energia. Eis aqui o que nos diz o nosso correspondente em carta de 29 de janeiro:

«A força de João Carlos de Saldanha ainda não passou d'Agueda, onde se acha aquartelada. Em Aveiro está apenas uma guarda do governador civil, e sempre prompta a partir logo que tenha noticia de que d'aqui sahiu força. No hospital d'aquella cidade estão immensos doentes idos do exercito; Saldanha está já sentindo muita falta de palhas e generos, a ponto que dão palha de milho aos cavallos; tem tambem falta de dinheiro, de modo que pagam meias quinzenas aos soldados. Destacou uma força a Vizeu, que seguiu para a Guarda. O general Povoas, que acceitou o commando das duas Beiras, conferido pela junta, reuniu toda a força que pôde, porem faltando-lhe o tempo, e reconhecendo a impossibilidade de se sustentar na Guarda, retirou para a Covilhã; não se sabe se a força que entrou n'esta cidade seguiria o illustre general. Castello Branco no dia 16 estava occupado pelo nosso governador civil, e pelas communições recebidas nenhum receio havia de ser incommodado por forças inimigas; Abrantes tambem estava em poder das nossas forças. O ex-barão do Casal está em Vianna com toda a sua força, destruiu as fortificações e está prompto a recolher-se a Va-

lença; os soldados estão perfeitamente indisciplinados, especialmente o regimento 3 d'infanteria; caçadores 3 tem muito pouca força, tal vez não exceda a 150 homens, a cavallaria (80) está estragada. O Casal lançou uma contribuição forçada em Vianna; tem commettido atrocidades; acredita-se que se o Casal retirar para Valença muitos dos seus soldados o abandonarão, recolhendo-se a suas casas uns, e outros formando partidas de salteadores. Tal é o estado de desmoralisação em que se acham.

Muitos dos cavalheiros realistas estão alistados no exercito nacional, e teem tomado parte activa na guerra civil, isto mui especialmente depois que o general Povoas se pronunciou abertamente.

Os saraivistas estão pertinazes, porem morrerão de inanimação, porque lhes falta tudo o que é necessario para fazer a guerra.

A nossa força n'esta cidade é mui grande, e cada dia augmentará mais. Hoje esteve para sabir uma divisão para o Minho (segundo creio) porem o tempo, que tem estado horrivel, não o permittiu.

Dizem que proximo de Coimbra estão os povos sublevados. Em Villa Real está o Figueiredo (cabecilha miguelista); tem a villa fortificada. O Vinhaes está em Justes, e por em quanto não se atreve a encontrar-se com os miguelistas.»

PARTE OFFICIAL

REINO

Tendo-se formado na capital do reino uma vasta conspiração com o fim de destruir a liberdade e independencia do paiz, apoderando-se da direcção dos negocios publicos, e continuando a mesma facção, não obstante a resistencia formal da maioria do paiz, a sustentar e promover uma guerra civil assoladora, e não podendo a junta provisoria deixar de estigmatizar similhantes attentados na pessoa de seus

principaes auctores, e fauctores; decreta em nome da nação e da rainha o seguinte:

Artigo unico. São considerados como traidores á patria, e ficam exauthorados de todos os seus postos, empregos, honras e titulos, os membros do actual ministerio de Lisboa, e todos os generaes e commandantes de brigadas e corpos, e mais officiaes ao serviço do mesmo governo, sem prejuizo de responsabilidade em que por seus actos particulares tenham incorrido, ou hajam de incorrer.

§ unico. Incorrerão na mesma pena todos os officiaes militares que no praso de 20 dias da publicação d'este decreto, se não submeterem ao governo provisorio do reino, em nome da nação e da rainha, ou não abandonarem o serviço da facção da capital.

Palacio da junta provisoria do governo supremo do reino em 18 de janeiro de 1847.

Conde das Antas, presidente.

José da Silva Passos, vice-presidente.

Francisco de Paula Lobo d'Avila.

Antonio Luiz de Seabra.

Sebastião de Almeida e Brito.

Justino Ferreira Pinto Basto.

Querendo a junta provisoria do governo supremo do reino honrar a memoria do benemerito brigadeiro Luiz da Silva Mousinho d'Albuquerque, que acaba de fallecer combatendo pela causa da nação e da liberdade, na pessoa de sua mulher D. Anna Mascarenhas de Athaide: ha por bem em nome da nação e da rainha, fazer-lhe a mercê do titulo de viscondessa de Albuquerque durante a sua vida.

Palacio da junta provisoria no Porto, em 21 de janeiro de 1847.

Conde das Antas, presidente.

José da Silva Passos, vice-presidente.

Justino Ferreira Pinto Basto.

Francisco de Paula Lobo d'Avila.

Antonio Luiz de Seabra.

Sebastião de Almeida e Brito.